



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA  
SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL  
REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIRO -  
REDE PESCA BRASIL  
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS  
PESQUEIROS CONTINENTAIS DAS BACIAS DO PARAGUAI, PARANÁ, URUGUAI, ATLÂNTICO SUL E  
ATLÂNTICO SUDESTE - CPG CENTRO-SUL

**ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
REUNIÃO MISTA

Campo Grande/MS, 26 E 27 DE OUTUBRO DE 2023

• **ABERTURA**

No dia 26 de outubro de 2023, às 09h22 do horário de Brasília, o Coordenador do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai, Atlântico Sul e Atlântico Sudeste (CPG Centro-Sul), Sr. Jocemar Mendonça, realizou a abertura da reunião, cumprimentando a todos e agradecendo aos presentes.

Em seguida, o Coordenador Jocemar Mendonça apresentou a agenda da 2ª Sessão Ordinária, consultou os membros e convidados sobre a possibilidade de alterar a data da apresentação “Estratégias para o Controle de Invasões Biológicas”, de competência do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Assim, ficou definida a alteração da apresentação para o dia 27 de outubro de 2023. Posteriormente, o Coordenador Sr. Jocemar Mendonça iniciou a apresentação dos membros e convidados, solicitando que cada um confirmasse presença.

• **PARTICIPANTES**

Relação dos membros, representantes e convidados que participaram da 2ª Sessão Ordinária, realizada em formato híbrido (presencial e por videoconferência):

- **Coordenação do CPG Centro-Sul**  
Jocemar Mendonça (Coordenador)

- **Secretaria-Executiva do CPG Centro-Sul**  
Floralvaldo Mota Rocha (Secretário Executivo *titular*)

Bianca Larissa de Mesquita Sousa (Secretária Executiva *suplente*)  
Akeme Milena Ferreira Matsunaga (Secretária Adjunta *titular*)  
Yoshiaki Nogueira Miyazaki (Secretário Adjunto *suplente*)

## **MEMBROS**

### **- Ministério do Meio Ambiente (MMA)**

Henrique Breda Arakawa (*titular*) presente  
Verônica Alberto Barros (*suplente*) ausente

### **- Ministério do Trabalho e Previdência (MTP)**

Mauro Costa Cavalcante Filho (*titular*) presente - videoconferência  
Benicio Ribeiro Franco Neto (*suplente*) ausente

### **- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI)**

Rothier Flores de Siqueira Júnior (*titular*) presente - videoconferência  
Andrei de Abreu Sodre Polejack (*suplente*) ausente

### **- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)**

Michel Lopes Machado (*titular*) ausente  
Ivan Teixeira Wellington (*suplente*) presente - videoconferência

### **- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)**

Luiz Sergio Ferreira Martins (*titular*) ausente  
Rosemary de Jesus Oliveira (*suplente*) presente - videoconferência

### **- Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)**

Rivetla Édipo Araújo Cruz (*titular*) ausente  
Carolina Amorim da Silva Bittencourt (*suplente*) presente

### **- Estado Maior da Armada, Marinha do Brasil (EMAMB)**

Sérgio Santos Dias Carneiro (*titular*) ausente  
Romivaldo Silva Vasques (*suplente*) presente - videoconferência

### **- Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Goiás (SEAPA/GO)**

João Asmar Júnior (*titular*) ausente  
Alisson Luis Ferreira (*suplente*) ausente

### **- Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF/MG)**

Leandro Carmo Guimarães (*titular*) ausente  
Caio Alexandre Santos Caxico Vieira (*suplente*) ausente

### **- Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA/SP)**

Paula Maria Gênova de Castro Campanha (*titular*) presente - videoconferência  
Lídia Sumile Maruyama (*suplente*) presente - videoconferência

**- Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Mato Grosso do Sul (SEMADESC/MS)**

Pedro Mendes Neto (*titular*) presente

João Sotoya Takagi (*suplente*) ausente

Artur Henrique Leite Falcette (convidado) presente

**- Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo do Estado do Paraná (SEDEST/PR)**

Taciano Cesar Freire Maranhão (*titular*) presente - videoconferência

Francisco Caetano Martin (*suplente*) presente - videoconferência

**- Secretaria de Agricultura Familiar do Estado do Mato Grosso (SEAF/MT)**

Eduardo Silva Dantas (*titular*) presente

Brasílio Antônio Ferreira Soares (*suplente*) presente

**- Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Estado do Rio Grande do Sul (SIMAGRO/RS)**

Marlon Hilgert Arenhardt (*titular*) presente - videoconferência

Paulo Christiano Bortoloto Paim (*suplente*) ausente

**- Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (AMFRI)**

Frank Max Marques (*titular*) presente

Rodrigo Pinzegher Silveira (*suplente*) ausente

**- Associação Brasileira da Indústria de Pescados (ABIPESCA)**

Jairo Gund (*titular*) ausente

Laís Belsito Pestana (*suplente*) presente - videoconferência

**- Associação Corumbaense das Empresas Regionais de Turismo (ACERT)**

Ademilson Esquivel Rodrigues (*titular*) presente

Luiz Felipe Freire Nimer (*suplente*) ausente

**- Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA)**

Diva Helena Nogueira Miyazaki (*titular*) presente - videoconferência

Laurice Yoko Arita (*suplente*) presente - videoconferência

**- Federação das Colônias e Associações dos Pescadores e Aquicultores do Estado do Espírito Santo (FECOPES)**

Carlos Roberto Alves Belonia (*titular*) ausente

Milton Jorge (*suplente*) ausente

**- Federação Dos Pescadores Do Rio Grande Do Sul (FEPERS)**

Gilmar da Silva Coelho (*titular*) ausente

Itamir José Lizot (*suplente*) ausente

**- Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca (FAEP-BR)**

Nyamien Yahaut Sebastien (*titular*) presente - videoconferência

Sergio Makrakis (*suplente*) ausente

**- Sindicato dos Armadores da Pesca do Estado do Rio Grande do Sul (SIDARPES-RS)**

Alexandre Carinha Novo (*titular*) ausente

Charles Antônio Pousada da Hora (*suplente*) ausente

**- Sindicato dos Pescadores de Jaguarão, Arroio Grande e Santa Vitória do Palmar/RS**

Olimar Jesus Ferreira Porto (*titular*) presente - videoconferência

Claudenir Moraes Machado (*suplente*) ausente

**CONVIDADOS**

**- Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL)**

Fânia Lopes de Ramires Campos – presente

**-Assessoramento Técnico da Biodiversidade e Florestas (DATEC/DBFLO/IBAMA)**

Sara Mota - ausente

**- Departamento de Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros da Secretaria de Bioeconomia do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (DPES/SNB/MMA)**

Gilberto Sales - ausente

**- Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa do Ministério da Pesca e Aquicultura (SERMOP/MPA)**

Alyson Carvalho Cardoso - presente - videoconferência

**- Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)**

Fernando Rogério de Carvalho – presente - videoconferência

**- Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (EMPAER/MT)**

Rogério Monteiro Costa e Silva – Presente - videoconferência

**- Fórum do Delta do Jacuí**

Cristiano Quaresma de Paula - presente - videoconferência

**- Conselho Cooperativo para Ações nas Lagoas Mirim e Mangueiro no âmbito Pesqueiro (COMIRIM)**

Roselein Termezana Dias - presente - videoconferência

**- Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneira**

Waldileno Xavier – presente - videoconferência

**- Instituto Caracol**

Luciana Ferraz – presente - videoconferência

**- Instituto de Pesca (IP/APTA/SA/SP)**

Harry Vermulm Junior – presente - videoconferência

Maria Letizia Petesse – presente - videoconferência

Mayra Jankowsky – presente - videoconferência

**- Colônia de Pescadores Z-10 de Fátima do Sul/MS**

Maria Antônia Poliano - presente

**- Colônia de Pescadores Z-05 de Miranda/MS.**

Aparecido Antônio Martinez Areco - ausente

**- Colônia de Pescadores Z-03 de Três Lagoas/MS**

Antônio de Souza Farias - ausente

**- Colônia de Pescadores Z-01 de Corumbá/MS**

Luciene de Lima - ausente

**- Colônia de Pescadores Z-15 Porto Cauá/MS**

David dos Anjos - ausente

**- Colônia de Pescadores Z-14 Ladário/MS**

Elis Regina Severino - ausente

**- Colônia de Pescadores Z-02 Rondon Pacheco de Coxim/MS**

Armindo Batista dos Santos Filho - ausente

**- Associação de Pescadores de Porto Mauá/MS**

Clodoaldo Francisco Santos - presente

**- Colônia de Pescadores Z-09 de Angélica/MS**

Amanda da Silva Santana - presente - videoconferência

**- Colônia de Pescadores Z-24 de Presidente Epitácio/SP**

Carlos Roberto Gorre – ausente

**- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Mato Grosso do Sul (SFPA-MPA/MS)**

Júlio Cleverton dos Santos - presente

Vilma Galvão da Rosa – presente

**- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Mato Grosso (SFPA-MPA/MT)**

Giuvania Maria Soares Lopes - ausente

**- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado de Goiás (SFPA-MPA/GO)**

Leica Cruvinel Guimarães - ausente

**- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Distrito Federal (SFPA-MPA/DF)**

Vitor José de Andrade Júnior - ausente

**- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado de São Paulo (SFPA-MPA/SP)**

Audrey Rodrigues de Oliveira – ausente

**- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado de Minas Gerais (SFPA-MPA/MG)**

Roberto Xavier Ribeiro – ausente

**- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Paraná (SFPA-MPA/PR)**

João Geraldo Barros – ausente

**- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado de Santa Catarina (SFPA-MPA/SC)**

Delcy Norberto Batista – ausente

**- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Espírito Santo (SFPA-MPA/ES)**

Robson Luiz Martins Barbosa – ausente

**- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Rio de Janeiro (SFPA-MPA/RJ)**

Matheus de Lima Monteiro – ausente

- **TEMAS APRESENTADOS/DISCUSSÕES**

**3.1. APROVAÇÃO DA AGENDA**

O Coordenador Sr. Jocemar Mendonça exibiu a agenda prevista para a 2ª Sessão Ordinária do CPG Centro-Sul, informando que a agenda provisória havia sido encaminhada previamente à apreciação e inclusão de pauta por parte dos membros. Em seguida, submeteu a sua aprovação ao Plenário. Não havendo manifestações, a agenda da 2ª Sessão Ordinária do CPG Centro-Sul foi considerada aprovada.

Posteriormente, às 09h:43, submeteu para aprovação a Ata da 1ª Sessão Ordinária do CPP Centro-sul, a qual também havia sido encaminhada previamente à apreciação. Não havendo manifestações, a Ata da 1ª Sessão Ordinária do CPG Centro-Sul foi considerada aprovada. Na ocasião, a Senhora Paula Maria Gênova de Castro Campanha (Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo - SAA/SP) solicitou a leitura da Ata, entretanto, o Coordenador Sr. Jocemar Mendonça informou que não seria possível devido ao tempo limitado e à extensão da Ata. Foi esclarecido que a reunião estava sendo gravada e que a gravação ficaria disponível aos membros do CPG.

O Coordenador Sr. Jocemar Mendonça apresentou a estrutura organizacional do novo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e as seguintes secretarias: Secretaria Executiva (SE/MPA), Secretaria Nacional da Pesca e Industrial, Amadora e Esportiva (SNPI/MPA), Secretaria Nacional de Aquicultura (SNA/MPA), Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa (SERMOP/MPA), e a Secretaria Nacional da Pesca Artesanal (SNPA/MPA).

No âmbito da Secretaria Nacional da Pesca Artesanal, foram apresentados os dois departamentos existentes: Departamento de inclusão Produtiva e Inovações (DIPI/SNPA/MPA) e suas 2 duas Coordenações Gerais: Coordenação Geral de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Coordenação Geral de Cadeias Produtivas, Fomento e Inovação; e o Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento (DEPOP/SNPA/MPA) e suas três Coordenações Gerais: Coordenação Geral da Gestão Participativa Costeiro/Marinha, Coordenação Geral de Gestão Participativa Continental, Coordenação Geral de Territórios e Integração de Políticas Públicas.

Após a explicação sobre a nova estrutura do MPA, teve início a apresentação sobre a Reestruturação do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE), conduzida pela Assessora de Participação Social de Diversidade do Ministério da Pesca e Aquicultura (APSD/MPA), Sra. Adriana Vilela Toledo.

A Sra. Adriana enfatizou que desde o Governo Lula 1 e 2, e agora governo Lula 3, sempre teve como premissa o fortalecimento dos mecanismos da participação social. Esse

sistema foi criado e implementado em todos os Ministérios da Esplanada, contando com a figura do assessor de participação social e diversidade. O que essa assessoria faz?

*“A gente tem a missão de retomar os mecanismos de participação social que foram desestruturados e extintos através de um decreto do governo passado, e a gente então tá retomando esses mecanismos. O nosso principal mecanismo de participação social no âmbito da política de pesca e aquicultura é o Conselho Nacional de Aquicultura (CONAPE) que estava extinto desde 2015. A última reunião do CONAPE aconteceu no governo da Presidenta Dilma”. (Adriana Vilela Toledo, Assessora de Participação Social de Diversidade - APSD/MPA).*

A Sra. Adriana informou que no dia 07 de novembro acontecerá o encontro nacional para eleição das instituições que vão ocupar as vagas do CONAPE, com previsão de posse do conselho no dia 21 de novembro, o Dia Mundial da Pesca, uma data que possui um simbolismo importante e representa uma das principais entregas do MPA.

A Sra. Adriana também mencionou que diversos mecanismos de participação social estão sendo retomados ao longo do ano de 2023, como os CPGs e grupos de trabalhos, garantindo a participação social para discussão da construção de políticas, além da reconstrução de espaços de diálogos com os movimentos sociais.

Na área da diversidade, Adriana destacou o fortalecimento das discussões de gênero. Por fim, divulgou o prêmio "Mulheres das águas", uma iniciativa da Secretaria da Pesca Artesanal, lançado em 8 de março. Em novembro, será publicado o edital de inscrição, com prazo estabelecido de 30 de novembro a 30 de dezembro. Durante esse período, será permitida a auto inscrição da própria mulher quanto das organizações sociais, concorrendo a sete categorias diferentes. A primeira entrega do prêmio está agendada para o dia 8 de março de 2024, tornando-se uma premiação anual.

*“Vamos premiar sete mulheres de destaque, para tirar da invisibilidade essas mulheres pescadoras e aquicultoras, que são muitas vezes a maioria (...) em alguns estados, principalmente no Nordeste, tem mais mulheres do que homens pescadores artesanais-profissionais. Nossa intenção com o prêmio é dar esse protagonismo, tirar da invisibilidade a mulher pescadora, a mulher aquicultura, a mulher que pesquisa sobre a pesca, a mulher que*



*faz a gestão de pesca, mulheres que presidem colônias e que merecem destaques”.* (Adriana Vilela Toledo, Assessora de Participação Social de Diversidade - APSD/MPA).

A Sra. Adriana encerrou sua apresentação às 10h:00 e, em seguida o Coordenador Sr. Jocemar Mendonça realizou uma pausa no CPG às 09h:20 por 15 minutos. A reunião retornou às 09h:39.

### **3.2. APRESENTAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA AMADORA E ESPORTIVA**

O segundo momento da reunião iniciou com a apresentação do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca Amadora e Esportiva (PNPA), conduzido por Carolina Bittencourt, da Coordenação Geral de Desenvolvimento da Pesca Industrial e Amadora e Esportiva, da Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva (SNPI/MPA).

Previamente à apresentação, foi exibido um vídeo do Ministro da Pesca e Aquicultura, Sr. André de Paula. O vídeo abordava os principais elementos do plano, destacando a sustentabilidade e importância do diálogo com o setor pesqueiro.

Em seguida, a Coordenadora Carolina Bittencourt (SNPI/MPA), iniciou a apresentação do Plano, seus objetivos e compromisso com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Foi informado também que o PNPA será estruturado em 4 (quatro) programas: Programa de Geração e Gestão de Dados, Programa de Ordenamento da Pesca Amadora e Esportiva, Programa de Desenvolvimento Pesca Amadora e Esportiva, e Programa de Promoção e Divulgação.

A Coordenadora Carolina apresentou as ações de 2023 e os planejamentos para 2024 da Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva. Entre as ações para 2024, listou a realização das oficinas do PNPA, cursos, ações do acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Turismo, participação em Campeonatos de Pesca, Desenvolvimento de Aplicativo de Monitoramento em parceria com a Universidade de Brasília.

Às 10h:59, Carolina encerrou sua apresentação e abriu espaço para discussão. A Sra. Maria Antônia (Colônia Z-10 de Fátima do Sul/MS) questionou a fala da Coordenadora Carolina sobre os benefícios citados da pesca e solte. A Senhora Maria afirmou que esse

tipo de pesca apresenta muitos prejuízos, complementando que as normas do pesque e solte devem mudar:

*“Você citou aí da pesca esportiva que traz lucro (inaudível) eu não sei onde, só se for lá aonde você pesca, porque aqui pra nós só traz prejuízo, eu não chamo nem pesca esportiva, é pesque e mate (inaudível) (...). As normas do pesque e mate têm que mudar (...) pra nós aqui, esse pesque e mate, ele não traz benefício a nós, eu falo nós pescadores. Meu questionamento, se mudar a norma do pesque e mate, pode ser que até traga lucro, mas por enquanto só está trazendo prejuízo, eu não sou contra pesca esportiva, mas ao manejo” (Senhora Maria Antônia, Colônia Z-10 de Fátima do Sul/MS).*

A coordenadora Carolina respondeu que as problemáticas sobre os conflitos da pesca amadora esportiva e pesca profissional têm sido discutidas desde o primeiro CPG, destacando que a gestão da SNPI reconhece esses problemas. Nesse sentido, foram estabelecidos os objetivos para a construção de Termos de Execução Descentralizada (TEDs) com as universidades, abordando temas como manejo e guia de pesca, além da divulgação das boas práticas. A coordenadora Carolina acrescentou que a pesca esportiva carece dessas informações e que em breve será publicado um livro e uma série pelo Ministério da Pesca e Aquicultura sobre esses temas.

A Sra. Paula Maria Gênova de Castro Campanha (SAA/SP) também expressou sua preocupação sobre os conflitos, mencionando que muitos pescadores da pesca profissional relatam a ocorrência de conflitos com pescadores amadores esportivos. Paula fez a seguinte pergunta:

*“Dentro do Manual dos 4 (quatro) programas da SNPI/MPA, se está inserido a questão para minimizar e até diminuir o desrespeito do pescador esportivo (...) em relação ao pescador profissional artesanal?” (Paula Maria Gênova de Castro Campanha - SAA/SP).*

A coordenadora Carolina destacou o posicionamento do MPA por meio da Nota Técnica Nº 01/ 2023/SNPI/SNPA/SERMOP contra o Projeto de Lei nº 12.197/2023, conhecido como Transporte Zero, proíbe a pesca comercial no estado do Mato Grosso pelo período de cinco anos, sendo permitida somente a pesca na modalidade “pesque e solte” Carolina destacou que o MPA reconhece que o território deve ter uso múltiplo.

*“É necessário o monitoramento adequado da região para verificar se realmente a legislação tem um efeito positivo sobre a qualidade ambiental, não adianta simplesmente fazer uma norma sem o monitoramento pra ver se ela está sendo efetiva” (Carolina Amorim da Silva Bittencourt - SNPI/MPA).*

Em seguida, a Sra. Luciana Ferraz (Instituto Caracol e Conselho Estadual da Pesca - CEPESCA) questionou como, na perspectiva de Mato Grosso, beneficiando o pesque e solte, o Plano com os objetivos de Desenvolvimento Sustentável conseguirá equacionar a realidade de exclusão e racismo ambiental enfrentados pelos pescadores profissionais de Mato Grosso. A coordenadora Carolina informou que o Plano será construído a partir de oficinas participativas, possibilitando a identificação dos gargalos:

*“Do ponto de vista técnico do Ministério da Pesca, os conflitos que acontecem entre a pesca artesanal e a pesca amadora e esportiva, não é bom para nenhum dos dois lados. Portanto, é necessário equacionar esses conflitos e garantir os territórios para as populações tradicionais. Ao mesmo tempo, também garantir a atividade e renda para aqueles que vislumbram essa atividade como uma alternativa de renda” (Carolina Amorim da Silva Bittencourt - SNPI/MPA).*

Em seguida, a Sra. Maria Antônia (Colônia Z-10 de Fátima do Sul/MS) apontou: *“a lei do defeso é clara, é considerado pescador aquele que tem a pesca como única e principal meio de subsistência, como ele vai ser guia de pesca e pescador?”.*

A coordenadora Carolina informou que, na lei da pesca, o pescador tem uma atividade que é múltipla, podendo ser prioritariamente pescador, mas ao mesmo tempo desempenhando outras atividades na comunidade.

O Coordenador Sr. Jocemar Mendonça informou que o MPA tem subsidiado um grupo de trabalhos sobre legislação, que estão desenvolvendo uma metodologia para discutir questões relacionadas à lei de pesca, decretos que categorizam os pescadores e à lei de seguro defeso. Esse GT não realizará a avaliação diretamente, mas apresentará uma metodologia para discutir essas questões em nível nacional.

O Sr. Ademilson Rodrigues (Associação Corumbaense das Empresas Regionais de Turismo- ACERT), apontou que existem muitas brechas nas legislações, citando o estado de Goiás, e destacou que essas brechas são benéficas para algumas regiões, mas prejudiciais

para outras. Ressaltou que a ACERT é contra a forma como a Lei nº12.197/2023 foi elaborada, complementando que o conflito da pesca amadora e pesca profissional é falta de amadurecimento das partes.

Em seguida, o Sr. Waldileno Xavier (Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneira), perguntou a Carolina Bittencourt (SNPI/MPA) sobre a existência de um público específico para os cursos que estão previstos. O Sr. Fernando Carvalho (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS), enfatizou sobre o Plano Nacional de desenvolvimento sustentável da pesca amadora e esportiva, destacando ser um grande desafio construir algo em um país continental. Ele informou que, no município de Três Lagoas, bacia do Paraná:

*“A pesca esportiva é somente com espécies exóticas, onde o campeonato de pesca do tucunaré tornou-se tradicional, sendo uma atividade que gera muitos lucros, no entanto, na bacia do Paraná, a pesca esportiva é um trabalho que visa a manutenção de espécies exóticas. Do ponto de vista biológico e diversidade, isso é uma tragédia. Nós estamos preservando espécies exóticas alóctones na bacia(...) então assim, é mais pra gente pensar uma provocação porque a gente não pensa em formas de pesca esportiva para as espécies exóticas na modalidade pesque e leve? (...) se a gente quer pescar espécie exótica, a gente tem que pescar e levar o peixe”. (Fernando Rogério de Carvalho, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul).*

O Sr. Francisco Caetano Martins (Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo do Estado do Paraná -SEDEST/PR) mencionou o Projeto Rio Vivo, que designa reservas de pesca esportiva, destacando a ausência de conflitos e a existência de parcerias para a coleta de dados e estatísticas. Francisco fez a seguinte pergunta ao MPA: “*como trazer o MPA para agregar ações em apoio aos eventos realizados no Paraná?*”.

A coordenadora Carolina (SNPI/MPA) informou que o MPA envia representantes por meio das superintendências para participar e acompanhar os campeonatos. Ela ressaltou que, sempre que desejarem a presença do MPA nos campeonatos, basta enviar um convite para a SNPI, e secretaria designará alguém para participar.

O Sr. Henrique Breda Arakawa (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Departamento de Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros - DPES) informou que o

MMA, juntamente com suas autarquias, tem acompanhado a pesca esportiva justamente com a preocupação de conseguir alinhar a pesca artesanal com a pesca esportiva. Eles compreendem que a pesca esportiva é um dos instrumentos voltados para as questões ambientais.

*“A gente entende essa preocupação da conciliação da pesca artesanal com a pesca esportiva, mas a gente tem acompanhado justamente pra gente conseguir fazer esse trabalho em parceria. Até porque, dentro da bioeconomia, a pesca esportiva está sendo enxergada como um provável instrumento. Então, estamos em conversa com o MPA e ICMBio pra gente da melhor possível fazer esse casamento entre essas duas modalidades de pesca (Henrique Breda Arakawa, MMA/ DPES).*

A Sra. Maria Antônia (Colônia Z-10 de Fátima do Sul/MS) destacou a importância de levar em consideração as particularidades das bacias. Ela enfatizou:

*“Quer fazer em Corumbá pesque e solte? beleza, mas gente, não vamos esquecer da outra bacia. A bacia do Paraná não tem a metade dos peixes que vocês têm na bacia do Paraguai, então não vamos generalizar achando que o estado do Mato Grosso do Sul gira em torno da bacia do Paraguai, só entorno de Corumbá. Vamos pensar, vamos dialogar com as outras bacias pra ver qual é a necessidade dos outros municípios”.*

O Sr. Taciano Maranhão (Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo do Estado do Paraná - SEDEST/PR) falou sobre a importância do município e estado via superintendência, e mencionou o trabalho da SEDEST no rio Paraná. Ele solicitou uma participação efetiva do MPA, propondo a criação de um sistema de organização com a participação do pescador profissional. Isso geraria empregos para várias pessoas, permitindo que o pescador não abandone sua vida profissional.

A representante do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL), Fânia Campos, informou que no Mato Grosso do Sul existe o Decreto 15166/2019 estadual, permitindo a captura livre da cota das espécies exóticas e híbridas.

O Sr. Clodoaldo Francisco Santos, da Associação de Pescadores de Porto Mauá/MS, compartilhou a problemática da região, onde o governo liberou muitas carteiras de pesca, e

que muitas pessoas possuem a carteira profissional de pesca, mas não são pescadores profissionais.

### **3.3. INFORMES DE REGISTRO, MONITORAMENTO E PESQUISA, SECRETARIA NACIONAL DE REGISTRO, MONITORAMENTO E PESQUISA (SERMOP/MPA)**

Às 10h53, o Coordenador Alyson Carvalho, do Registro Geral da Atividade Pesqueira, da Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa (SERMOP), apresentou os informes de registro, monitoramento e pesquisa. Inicialmente, ele apresentou a estrutura organizacional da SERMOP e fez uma síntese das ações já realizadas, do que está sendo feito e planejado, conforme descrito abaixo:

Apresentação das normas:

1. Pescador e Pescadora Profissional Artesanal ou Industrial, Portaria MPA Nº127, de 2023;
2. Empresa Pesqueira, Instrução Normativa MAPA Nº 69, de 2019;
3. Aquicultor e Aquicultura, Instrução Normativa MPA nº 6, de 2011;
4. Embarcação pesqueira, Amador de Pesca e Aprendiz de Pesca, Instrução Normativa SEAP/ PR Nº3, de 2004 e Portaria SAP/MAPA Nº 439, de 2021;
5. Pescador Amador ou Esportivo, Instrução Normativa MPA Nº 5, de 2012.

Também foi apresentado o novo sistema PesqBrasil. Quanto às embarcações continentais, o Coordenador Alyson Carvalho informou que, até o momento, não existe uma matriz vigente para que possa ser registrado as embarcações continentais junto ao registro geral da atividade pesqueira.

O Sr. Rothier Siqueira (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI) contribuiu abordando a importância da qualidade e saúde do pescado industrial. Em seguida, perguntou a Alyson sobre a existência de alguma iniciativa para avaliar a qualidade do pescado em relação à poluição dos plásticos e microplásticos nos rios, considerando que esses materiais entram na cadeia alimentar dos peixes, afetando a saúde humana. O Coordenador Alyson Carvalho ficou de responder à pergunta após a pausa do almoço.

Posteriormente, foi solicitado que todos habilitassem a câmera para realização do registro fotográfico. Às 11h24, a reunião foi encerrada para a pausa do almoço.

A reunião retornou às 14h31, com o Coordenador Alyson Carvalho (SERMOP) respondendo à pergunta do Sr. Rothier Siqueira (MCTI). Alyson informou que, embora os dados existentes sobre a qualidade do pescado são de extrema importância, a SERMOP não possui essas informações e nada internalizado no momento. Ele destacou que acredita que a questão da sanidade do pescado seja de atribuição do Ministério da Agricultura. Alyson ressaltou que o Decreto nº 8.425/2015, que regulamenta o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) e apresenta regras para o mesmo, não aborda critérios relacionados à qualidade do pescado.

O Coordenador Alyson também destacou a importância da certificação de boas práticas higiênico-sanitárias para embarcações, contribuindo para a rastreabilidade do pescado e a segurança alimentar.

A Coordenadora Carolina Bittencourt (SNPI/MPA) complementou a resposta, informando que dentro da SNPI existe o Departamento da Indústria do Pescado, que, por meio da Portaria SAP-MAPA Nº 310/2020, estabelece critérios e requisitos higiênico-sanitários para embarcações pesqueiras de produção primária.

A Sra. Maria Antônia (Colônia Z-10 de Fátima do Sul/MS) levantou a questão de como garantir a saúde dos peixes em meio a tantas algas no barramento da UHE de Sérgio Motta, expressando também a preocupação com a introdução de novas normas. Paula Maria Gênova de Castro Campanha (SAA/SP) perguntou sobre os critérios considerados pelo MPA para identificação do pescador profissional e sua inclusão no RGP, ao que Alyson respondeu que é feita por meio da autoidentificação.

A Sra. Paula Maria Gênova de Castro Campanha (SAA/SP) destacou a fragilidade do mecanismo de autoidentificação e sugeriu, como reflexão, que na manutenção do cadastro do RGP a cada ano, os pescadores deveriam demonstrar mensalmente o volume pescado e vendido. O Coordenador Alyson Carvalho (SERMOP) respondeu que a SERMOP já utiliza o Relatório de Exercício de Atividade Pesqueira (REAP) como um dos instrumentos de monitoramento, e os pescadores precisam entregá-lo para manterem sua aptidão.

A Sra. Paula Maria Gênova de Castro Campanha também perguntou sobre o resgate de dados das informações de monitoramento da pesca continental, considerando que Alyson mencionou apenas a pesca marinha. Ela também perguntou qual é a intenção da SERMOP

em relação ao resgate de dados da pesca continental. O Coordenador Alyson Carvalho (SERMOP) esclareceu que, neste momento inicial, estão concentrados no resgate das iniciativas de monitoramento da pesca marinha.

Em seguida, a Senhora Diva Miyazaki (Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores - CNPA) expressou preocupação sobre as especificidades da pesca continental, especialmente no que diz respeito ao armazenamento e manipulação do pescado a bordo, apresentando as seguintes perguntas:

*“1) como a Portaria SAP-MAPA Nº 310/2020 estabelece para pescador artesanal que têm embarcação pequena e não consegue contemplar as questões de sanidade e cuidado (inaudível) como é que fica essa posição;*

*2) como a SERMOP irá fazer o cruzamento e diferenciar o pescador que tem complemento de renda e o pescador exclusivo, como será feito esse monitoramento? Uma vez que, a Constituição Federal permite que o pescador tenha a carteira de pesca para complemento de renda também;*

*3) Os pescadores continentais não têm nenhum programa que ajude eles com combustível para colocar nas embarcações pequenas, já na água marinha existe a subvenção do óleo diesel, às embarcações pequenas não utilizam óleo diesel, existe alguma condição da SEMOP fazer algum programa nesse sentido para os pescadores de águas continentais?”.*

O Coordenador Alyson Carvalho (SERMOP) respondeu indicando que a legislação não proíbe que qualquer pessoa tenha o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) na categoria de pescador. No entanto, a SERMOP realiza um cruzamento de informações na base de dados para identificar quem pode ter acesso a políticas públicas, como o seguro defeso. Isso permite verificar se a pessoa realmente vive diretamente e exclusivamente da pesca, condição necessária para acessar a política do seguro defeso.

A Senhora Diva Miyazaki (CNPA) reivindicou que o MPA passe a exigir a comprovação de comercialização do pescado na manutenção do RGP Profissional, a fim de barrar a emissão de RGP Profissional para pescadores 'amadores'. Destaca-se que essa pauta é recorrente no CPG por parte da Senhora Diva, que mencionou a demanda na 1ª reunião ordinária do CPG Centro-Sul



O Coordenador Alyson Carvalho (SERMOP) reconheceu a importância da SERMOP tratar dessas questões, ressaltando que isso demandará tempo e discussão para avançar adequadamente.

A coordenadora Carolina (SNPI/MPA) respondeu à terceira pergunta da Sra. Diva Miyazaki (CNPA), informando que será formado um grupo de trabalho interministerial para atualizar os procedimentos relacionados à subvenção. O grupo também discutirá a ampliação dos recursos e da quantidade de embarcações atendidas no programa, além de buscar mais transparência e eficiência nas análises de subvenção. Carolina concluiu mencionando que a SERMOP está ciente da necessidade de incluir as frotas continentais, mas atualmente faltam mecanismos para regularizar efetivamente as embarcações nesse contexto

O Sr. Francisco Martin (SEDEST/PR) comentou em relação às perguntas da Sra. Diva Miyazaki (CNPA), concordando sobre a concorrência existente nas distribuições de licença de pesca. Ele destacou que, no Paraná, os pescadores da pesca amadora e esportiva geralmente soltam os peixes e não utilizam carteira de pesca para abater peixes. Ressaltou a importância de ter cuidado para não generalizar todos os pescadores da pesca amadora e esportiva.

### **3.4. PROGRAMA POVOS DA PESCA ARTESANAL**

Às 14h11, teve início a apresentação do Programa Povos da Pesca Artesanal, conduzida pelo Sr. Yoshiaki Miyazaki, Chefe da Divisão de Territórios Pesqueiros do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal do Ministério da Pesca e Aquicultura (DEPOP/SNPA/MPA).

Antes da apresentação do Programa, o Sr. Yoshiaki destacou três pontos essenciais sobre as discussões que ocorreram anteriormente:

- A) Foi esclarecido que os CPGs tem como objetivo criar espaços de discussão sobre o ordenamento da pesca, visando colher as demandas, dificuldades e as propostas de melhoria às normas que regulamentam a atividade de pesca, nos ambientes de água salgada e de água doce, apontadas pelo setor. Destacando que a pesca amadora/esportiva, a qual gerou a intensa discussão relata no tópico anterior, é apenas uma das interfaces da atividade pesqueira. Yoshiaki ressaltou que dentro dos

CPGs a reivindicação popular é soberana, ou seja, as críticas feitas pelas lideranças da pesca artesanal à pesca amadora/esportiva devem ser acolhidas pelo CPG e tratadas a nível governamental com a devida seriedade. O Sr. Yoshiaki destacou que essas demandas, majoritariamente, tratam de conflitos territoriais envolvendo comunidades tradicionais pesqueiras e que é diretriz da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal defender a autonomia e autogestão das comunidades tradicionais em seus territórios, logo: “Só haverá pesca esportiva em território tradicional, se a comunidade assim quiser! Nós trabalhamos para que os territórios tradicionais sejam geridos pelas comunidades que tradicionalmente os ocupam. E esse trabalho não parte de um posicionamento da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal, a convenção internacional nº 169 da OIT, a qual o Brasil é signatário, deixa isso bastante claro, e a própria constituição federal também.”, disse o Sr. Yoshiaki.

- B) De maneira complementar, o Sr. Yoshiaki Miyazaki informou sobre a criação da Coordenação Geral de Territórios e Integração de Políticas Públicas, da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal, que tem como objetivos e competências: promover ações de conservação e proteção das comunidades e dos territórios pesqueiros, e dos ecossistemas necessários à reprodução social e cultural das comunidades pesqueiras; articular e promover a integração de políticas públicas interrelacionadas com a pesca artesanal junto a outros setores governamentais; promover ações de reconhecimento das diversidades de culturas da pesca artesanal em seus territórios tradicionais, como patrimônio cultural, imaterial e material da sociedade; e articular e promover, junto a outros Poderes e entes federativos, atividades para mediação de conflitos, regularização dos territórios e de suas formas próprias de gestão ambiental e territorial. Ele destacou que pela primeira vez na história da gestão pesqueira federal, existe uma repartição específica para tratar dos casos envolvendo conflitos territoriais, reafirmando o compromisso do governo federal em tratar dos conflitos socioambientais no país. Dessa forma, Yoshiaki ressaltou a importância de oficializar demandas envolvendo conflitos territoriais com comunidades pesqueiras à Coordenação Geral de Territórios e Integração de Políticas Públicas, para que seja dada as devidas tratativas.

Por último, Yoshiaki comunicou aos participantes da reunião que é esperado que os servidores do Ministério da Pesca e Aquicultura apresentem divergências tanto em reuniões

quanto em produções técnicas do órgão, “Isso se deve, em parte, à natureza de um governo de coalizão em que nos encontramos, e ao fato de o Ministério lidar com temáticas notavelmente contrastantes do ponto de vista socioeconômico. Isso frequentemente resulta em falta de consenso entre os servidores, especialmente quando se trata de questões relacionadas à proteção das comunidades tradicionais pesqueiras.” disse Yoshiaki.

Em seguida, o Chefe de Divisão iniciou a apresentação do Programa Povos da Pesca Artesanal, que tem como foco criar uma política pública específica para os pescadores e pescadoras artesanais, tendo em vista a ausência de programas governamentais para esse público por parte da administração pública federal. O Programa é conduzido pela Secretaria Nacional de Pesca Artesanal do Ministério da Pesca e Aquicultura e foi oficializado pelo Decreto nº 11.626, de agosto de 2023.

Dentre os objetivos do programa, destaca-se:

1. Fortalecer e capacitar pescadoras e pescadores artesanais para enfrentar desafios e melhorar a produção;
2. Valorizar atividades e culturas das comunidades pesqueiras e seus territórios;
3. Estimular a pesquisa e inovação sustentável;
4. Garantir segurança alimentar nacional;
5. Promover justiça socioambiental na pesca artesanal.

Na ocasião, também foram apresentadas as diretrizes do programa, as quais destaca-se:

1. Defesa e promoção das pescadoras e pescadores artesanais, levando em conta sua diversidade cultural;
2. Combate ao racismo e discriminação para inclusão socioeconômica;
3. Respeito aos costumes das diferentes comunidades de pesca;
4. Promoção da sustentabilidade ambiental e respeito aos conhecimentos tradicionais;
5. Apoio aos modos de organização das comunidades na gestão de recursos e territórios.

O Sr. Yoshiaki Miyazaki (DEPOP/SNPA/MPA) também apresentou as ações que já estão em execução do Programa, destacando

1. Subprograma “Dos Territórios Pesqueiros Artesanais para sua mesa” - Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o MPA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). Este subprograma visa promover a inclusão produtiva, assistência técnica, crédito, educação e regularização para pescadores artesanais e aquicultores familiares.
2. Subprograma “Pescado Artesanal Abastecendo o País” - ACT entre o MPA e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Este subprograma tem como objetivo incluir a pesca artesanal no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), apoiar projetos de beneficiamento, promover feiras nos territórios e estabelecer a pesca artesanal como política pública.
3. Subprograma Jovem Cientista da Pesca Artesanal – PIBIC Jr. - Convênios entre o MPA e as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) estaduais com vistas ao fomento de bolsas de iniciação científica juniores para a juventude da pesca artesanal. E dentre outros...

Um ponto de destaque das ações do Programa Povos da Pesca Artesanal é a criação do Plano Nacional da Pesca Artesanal, que está alinhado com as diretrizes do Programa. O objetivo do plano é fornecer as bases para a construção de uma política de Estado multidimensional (ordenamento, extensão, educação, saúde, gênero, sexualidade, territórios, cadeia produtiva, juventude, etc.) para a pesca artesanal nos próximos 10 anos.

O Sr. Yoshiaki Miyazaki informou que todas as etapas de construção e operacionalização do Plano Nacional da Pesca Artesanal são validadas pelo Fórum Nacional da Pesca Artesanal, um dos instrumentos de participação social da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal. Informou também que a construção do plano se dará por meio de plenárias regionais que terão início a partir de 2023, com a seguinte divisão de estados selecionados:

- Plenária Região Norte: Amazonas e Pará;
- Plenária Regional Nordeste: Bahia e Pernambuco;
- Plenária Regional Centro-Oeste: Mato Grosso;
- Plenária Regional Sudeste: São Paulo e Espírito Santo;
- Plenária Sul: Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O Sr. Yoshiaki Miyazaki finalizou a apresentação destacando que ele e a Sra. Erina Gomes, Coordenadora-Geral de Territórios e Integração de Políticas Públicas, são os pontos focais do Programa Povos da Pesca Artesanal. A apresentação foi encerrada às 14h26.

### **3.5. PLANO DE RECUPERAÇÃO DO SURUBIM OU PINTADO (*Pseudoplatystoma corruscans*)**

O Sr. Roberto Ribas Gallucci, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), realizou a apresentação do Plano de Recuperação do Surubim ou Pintado (*Pseudoplatystoma corruscans*) às 15h29. Ele informou que o plano foi construído em 2022, coordenado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), de forma participativa e embasado em pesquisa científica, com a participação de diversos pesquisadores.

O plano é justificado pela espécie ter sido listada nacionalmente como ameaçada de extinção, exigindo esforços para sua recuperação. O Sr. Roberto Gallucci (MMA) indicou que a pesca pode ser a principal ameaça à espécie, mas outras ameaças às vezes podem ser até maiores do que a atividade pesqueira. A espécie está distribuída na bacia dos rios São Francisco, Paraná, Paraguai e Uruguai no Brasil, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Argentina. Na bacia do Uruguai, a espécie sofreu forte redução.

Na bacia do alto Paraguai, a subpopulação do Surubim ou Pintado encontra-se em melhor situação. As principais ameaças identificadas incluem barramentos que causam fragmentação, redução de habitat e alteração do fluxo hídrico, hibridização da espécie com congêneres (outros indivíduos da mesma espécie), provocada pela soltura ou escape na natureza de híbridos cultivados em pisciculturas, poluição e a possibilidade de sobrepesca.

O Sr. Roberto Gallucci informou que a Portaria MMA nº 355, de 27 de janeiro de 2023, reconheceu o plano de recuperação do Pintado, e a Portaria MMA Nº148, de 7 de junho de 2022, reconheceu o pintado como uma espécie ameaçada de extinção. Ele indicou que existe uma minuta de ordenamento da pesca do Pintado ou Surubim, ainda não publicada. Os CPGs também foram destacados como importantes para fornecer dados para o Plano, contribuir nas discussões, orientar na construção e envolver as instituições. A apresentação foi finalizada às 14h48, e foi aberto o momento de perguntas.

A Sra. Luciana Ferraza (CEPESCA) parabenizou a apresentação e questionou sobre as 143 hidrelétricas previstas para serem implantadas na bacia do alto Paraná, destacando a importância de não perder o habitat dos peixes migradores.

O Sr. Roberto Gallucci informou que o plano de recuperação do pintado está mais voltado para as atividades pesqueiras, mas aborda os impactos das hidrelétricas e estabelece recomendações para medidas. No entanto, essas medidas dependem de outras instâncias, como governos estaduais. Ele ressaltou que o plano contribui como embasamento para defender que a atividade de pesca artesanal não tem causado impactos significativos na redução populacional do pintado na bacia do Paraná, mostrando que não há justificativa para a paralisação da pesca do ponto de vista do impacto ambiental.

O Coordenador Sr. Jocemar Mendonça ressaltou a reflexão de que um dos maiores problemas em relação aos recursos continentais são os barramentos. Em seguida, perguntou como o CPG pode buscar mitigar os impactos das hidrelétricas e como poderiam apoiar questões relacionadas à expansão dessas estruturas. Ele também questionou os membros sobre quais trabalhos poderiam ser feitos nesse sentido.

O Sr. Roberto Ribas Gallucci sugeriu a necessidade de destacar as informações de monitoramento da atividade pesqueira, considerando que essas informações são importantes para reuniões setoriais e planejamentos energéticos e hidrelétricos. Ele também sugeriu convidar representantes do governo responsáveis pelo planejamento hidrelétrico e outorgas para o uso da água, como a Agência Nacional de Águas (ANA), para orientar sobre como a atividade pesqueira pode contribuir nesses debates de planejamento energético.

O Sr. Pedro Mendes Neto (Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEMADESC/MS) informou que a maior parte das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) está sob jurisdição estadual e não sob a ANA. Ele citou o exemplo do estado do Mato Grosso do Sul, onde o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) negou outorga para duas PCHs na bacia do rio Taquari, mas enfrenta intervenção judicial. Portanto, sugeriu convidar a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), responsável por conceder autorizações para o funcionamento das PCHs.

A Sra. Paula Maria Gênova Campanha (Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo - SAA/SP) ressaltou a importância de estimular a participação efetiva das comunidades pesqueiras e das instituições.

Sr. Gilberto Sales (Departamento de Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros, MMA) ressaltou a importância dos programas de monitoramento para a visibilidade econômica e social da pesca, além da visibilidade do potencial de sustentabilidade. Ele mencionou que esses programas permitem condições para que a pesca se posicione em relação às disputas de poder no ambiente. O Sr. Gilberto Sales também abordou a descentralização dos processos de licenciamento, tornando a decisão mais do estado do que do governo federal.

A questão do licenciamento foi reforçada pelo Sr. Ivan Teixeira Wellington (IBAMA), que destacou que a maioria das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) está sujeita ao licenciamento estadual.

### **3.6. PLANO DE AÇÃO NACIONAL PARA CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DA FAUNA AQUÁTICA DO ALTO RIO PARANÁ (PAN ALTO PARANÁ)**

Às 15h14, a Sra. Rosemary de Jesus de Oliveira (Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Peixes Continentais - CEPTA/ ICMBio/MMA) iniciou a apresentação do Plano de Ação Nacional (PAN) para Conservação das espécies de peixes ameaçadas de extinção da bacia do alto rio Paraná. Ela começou explicando o que é um PAN, sua estrutura e concepção, destacando que é um instrumento de política pública e pode ser considerado um pacto social de caráter voluntário entre os representantes de diversos setores da sociedade. Os representantes participam tanto da elaboração quanto da execução. A Sra. Rosemary informou que todo plano tem um ciclo de gestão de 5 anos e depois pode ser replanejado para mais um ciclo.

Ela destacou que o presente plano já considera a lista das espécies ameaçadas, publicadas na Portaria nº 148, de 7 de junho de 2022, referente à atualização da lista nacional de espécies ameaçadas de extinção. O objetivo principal do PAN é prevenir e mitigar impactos sobre as espécies alvo do PAN, reduzindo o risco de extinção e preservando seus habitats, conseqüentemente retirando as espécies da lista. Na ocasião, foi apresentada a linha do tempo de construção do PAN.

Sra. Rosemary Oliveira (CEPTA/ICMBio/MMA) destacou que os PANs são aprovados e publicados por meio de Portarias, e que a portaria que aprova o PAN Alto Paraná está para ser publicada ainda neste ano. A Portaria de aprovação do PAN estabelece a área abrangida, o grupo de espécies contempladas e o início do ciclo de vigência do PAN. Há também outra Portaria que institui o Grupo de Assessoramento Técnico do PAN (GAT), responsável por acompanhar a implementação, as monitorias e as avaliações do Plano de Ação Nacional. O PAN Alto Paraná é um dos 6 planos coordenados pelo CEPTA, sendo um dos centros do ICMBio que tem mais interação com a pesca.

A Sra. Rosemary Oliveira enfatizou que 35 espécies de peixes são contempladas pelo PAN, sendo que 21 são ameaçadas nacionalmente e alvo do PAN. As outras 14 são espécies classificadas como “quase ameaçadas” ou que constam como ameaçadas em listas estaduais, sendo consideradas beneficiadas pelo PAN e incluídas por estarem sujeitas aos mesmos impactos que as espécies ameaçadas. As principais ameaças são os barramentos, poluição, desmatamento, urbanização, aquicultura, espécies exóticas e sobrepesca e pesca esportiva.

A apresentação encerrou às 16h44 e, em seguida, a Sra. Maria Antônia (Colônia Z-10 de Fátima do Sul/MS) perguntou sobre os rios da bacia do Paraná nos quais o trabalho do PAN foi realizado. Em resposta, a Sra. Rosemary Oliveira (CEPTA/ICMBio/MMA) indicou que o PAN ainda não foi executado, mas está planejado para ser implementado a partir de 2024, visando melhorar as condições para as espécies e, assim, retirá-las da lista de ameaçadas no futuro.

A Sra. Maria Antônia também questionou sobre os tamanhos máximo e mínimo estabelecidos para as espécies, mencionando que isso dificulta a pesca. Ela levantou a possibilidade de remover espécies da lista de ameaçadas de extinção, citando o exemplo do peixe piracanjuba (*Brycon orbignyanus*) e destacando a abundância dessa espécie nos rios Dourado, Brilhante, Vacaria,..... (*inaudível*) e Ivinhema. Ela observou que barramentos entre os rios podem comprometer outros cursos d'água. Em resposta, a Sra. Rosemary Oliveira esclareceu que, antes da pesca, existem outras ameaças mais relevantes a serem consideradas. Esclareceu que, embora a piracanjuba ainda seja abundante nos rios citados, ela já não tem populações selvagens nos demais rios da bacia do Paraná, sendo estimada uma redução de cerca de 80% em sua área de ocorrência original.



O Sr. Clodoaldo Francisco Santos (Associação de Pescadores de Porto Mauá/MS) ressaltou que o processo de oscilação do nível da água dentro das barragens, influencia na desova dos peixes e conseqüente na oscilação da quantidade de peixe. Enfatizando que as barragens ameaçam a atividade pesqueira.

A Sra. Maria Antônia (Colônia Z-10 de Fátima do Sul/MS) informou que possui mais de 600 vídeos sobre a problemática da oscilação das águas e abundância da piraicanjuba (*Brycon orbignyanus*). O Sr. Francisco Caetano Martins (Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo do Estado do Paraná -SEDEST/PR) enfatizou que concorda com a fala e apresentação da Sra. Rosemary Oliveira (CEPTA/ ICMBio/MMA), *“contra fatos não há argumentos, acho que é um retrocesso liberar a questão (pesca) da piraicanjuba (Brycon orbignyanus, minha modesta opinião)”*.

O Coordenador Sr. Jocemar Mendonça solicitou uma pausa das discussões às 16h:00 com retorno às 17h:16.

### **3.6. INFORMES SOBRE A LEI DO ESTADO DO MATO GROSSO Nº 12.197/2023**

A Sra. Luciana Ferraz (Conselho Estadual da Pesca - CEPESCA) fez um resgate das ações que levaram à criação da Lei nº 12.197/2023, popularmente conhecida como "Transporte Zero", que proíbe a pesca realizada por pescadores profissionais e artesanais pelo período de cinco anos, a partir de 1º de janeiro de 2024. Além da proibição da pesca, a lei veta o transporte, comércio e armazenamento de peixes dos rios estaduais. Essa lei foi sancionada pelo governador Sr. Mauro Mendes.

A Sra. Luciana Ferraz ressaltou um momento histórico crucial, que foram as oficinas realizadas em 2012 nas três bacias de Mato Grosso. Essas oficinas visavam promover a educação continuada para uma gestão democrática e descentralizada das águas, buscando uma representatividade maior dos pescadores nos comitês de bacias e reivindicando seus direitos junto aos tomadores de decisão. Graças a essa mobilização, conseguiram impedir a instalação de diversas hidrelétricas nas três bacias de Mato Grosso.

Outro ponto destacado pela Sra. Luciana Ferraz foi o lançamento, em 2019, do Projeto de Lei nº 668/2019, conhecido como "Cota Zero". Esse projeto propunha a proibição do abate e transporte de peixe nos rios de Mato Grosso pelo período de cinco anos, dando início à

proposta de proibição da pesca nas bacias do Mato Grosso. Em 2019, várias audiências foram realizadas na Baixada Cuiabana, com o intuito de pressionar os tomadores de decisão.

Após o período de eleições e o início do novo mandato do Governador de Mato Grosso, Sr. Mauro Mendes, foi retomada a discussão em torno da mensagem do projeto de lei. Surpreendentemente, o projeto foi votado em menos de 1 (um) mês de pauta. Durante esse intervalo de tempo, ocorreu uma audiência pública na assembleia legislativa, na qual pesquisadores das bacias hidrográficas de Mato Grosso apresentaram suas percepções sobre os impactos que essa política acarretaria os modos de vida. Esses pesquisadores destacaram esses impactos durante a audiência, conforme ressaltado pela Sra. Luciana Ferraz.

A Sra. Luciana Ferraz (CEPESCA) questionou a proposta de pagamento da Lei nº12.197/2023 que será feita aos pescadores, vulnerabilizando os pescadores, citou também os impactos na segurança alimentar e na reprodução social dos pescadores. A Sra. Luciana Ferraz (CEPESCA) abordou a questão do financiamento da reeleição do Governador Mauro Mendes, apontando para grupos de interesse, com destaque para o Sr. Erai Maggi. Ela mencionou uma reportagem em que o Sr. Erai Maggi afirmava ter a intenção de se tornar o maior produtor e exportador de peixes de Mato Grosso. A Sra. Luciana Ferraz, representante da CEPESCA, concluiu ressaltando a importância de um diálogo construtivo para resolver da melhor maneira possível a situação em questão.

O Sr. Waldileno Xavier (Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneira) pontuou a preocupação dos pescadores com a proibição da pesca e em seguida ter que se preocupar também com a mobilização social para tentar conter as PCHs. Ele pontuou que após a PL da conta zero foi feito o pedido de licenciamento de Usinas Hidrelétricas. O Sr. Waldileno questionou a falta de fiscalização suficiente no rio Cuiabá.

A Sra. Paula Maria Gênova de Castro Campanha (SAA/SP) perguntou sobre a forma de maneira de proibir a Lei nº 12.197/2023, também conhecida como Transporte Zero. O Coordenador Sr. Jocemar Mendonça destacou a manifestação do MPA e sua posição contrária por meio da [NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 01/ 2023/SNPI/SNPA/SERMOP](#).

A Sra. Fânia Campos (IMASUL) enfatizou a importância de reunir e formalizar todos os documentos relacionados à condição técnica contrária à Lei nº 12.197/2023, para apresentação em todas as instâncias possíveis.

O primeiro dia do CPG encerrou às 18h00. O Coordenador convidou todos os presentes no auditório e na videoconferência para o registro fotográfico da reunião.

#### **4. DEVOLUTIVA DAS RECOMENDAÇÕES**

Sob a coordenação do CPG Centro-Sul, o segundo dia da 2ª Reunião Ordinária teve início às 08h com a apresentação e debate das 16 recomendações da 1ª Sessão Ordinária (31679389). O Coordenador do CPG Centro-Sul, Sr. Jocemar Mendonça, deu início à apresentação das recomendações (REC) da 1ª Sessão Ordinária do CPG Centro-Sul e seus respectivos andamentos.

Tratando-se da “**REC 1/2022: Criar o Grupo Técnico Científico (GTC) do CPG Centro-Sul**”, foi informado que essa recomendação ainda está em andamento. A SNPA já avaliou os Grupos Técnicos dos diferentes CPGs e identificou a ausência de representantes nas questões socioeconômicas e ambientais dos pescadores e pescadoras. Diante disso, a SNPA está trabalhando para estimular a participação desses atores, a fim de contribuir com temas relacionados à cadeia produtiva da pesca, desde o ambiente até a chegada no prato dos pescadores.

O Coordenador Jocemar Mendonça informou que há atualmente um grupo pequeno no GTC, mas a SNPA continua buscando promover a colaboração de novos profissionais no CPG. Até o final do ano, será publicada uma lista com os nomes dos membros do GTC existente.

A Sra. Maria Antônia (Colônia Z-10 de Fátima do Sul/MS) perguntou sobre a possibilidade de o Governo Federal apoiar a contratação de um biólogo para estudar a questão do monitoramento dos híbridos e exóticos. Em resposta, o Coordenador Jocemar Mendonça informou que, nos últimos tempos, houve escassez de recursos para o financiamento de pesquisas. No entanto, a SNPA está trabalhando na Bacia do Paraná na coleta de informações sobre a opinião dos pescadores e suas demandas, além dos projetos

em andamento no Rio Grande do Sul pela Secretaria Nacional de Pesca Industrial. Também destacou a existência de TEDs no Pará, Amazonas, Espírito Santo, entre outros estados.

Paralelamente a essas atividades, existe o Programa Povos da Pesca Artesanal, que inclui o Programa Jovem Cientista da Pesca Artesanal PIBIC-Jr. Este programa tem como objetivo conceder bolsas de iniciação científica a jovens estudantes para pesquisas relacionadas à pesca.

Sobre a "**REC 2/2022**: Os membros devem divulgar o Edital de seleção do Banco Técnico Científico", ainda não foi concluída devido ao número reduzido de membros no grupo técnico-científico (GTC). O coordenador reiterou a necessidade de indicar novos membros e profissionais para contribuir com o GTC.

Em seguida, "**REC 3/2022**: O grupo técnico-científico (GTC) Centro-Sul deverá avaliar a alteração do período de defeso para toda a Bacia Hidrográfica do Paraná", ainda está pendente devido à falta de informações técnicas para a discussão da questão. O Coordenador do CPG Centro-Sul, Sr. Jocemar Mendonça, destacou as perspectivas de pesquisa, divididas em três blocos. O primeiro bloco trata de resultados emergentes vinculados à discussão com os próprios pescadores e suas demandas. O segundo bloco está relacionado a pesquisas que exigem coletas mais específicas a longo prazo. O terceiro bloco está ligado ao monitoramento.

A Sra. Diva Miyazaki (CNPA) destacou a importância de considerar a extensão da Bacia Paraná e as particularidades de cada local durante as pesquisas, enfatizando que os estudos não devem ser focados apenas em uma única região, uma vez que qualquer mudança de portaria afetará todos que estão na bacia. Em resposta, o Coordenador Jocemar Mendonça informou que os limites de cada atividade de pesquisa serão analisados, reconhecendo a necessidade de uma abordagem abrangente.

Sobre a "**REC 4/2022**: As lideranças da pesca da bacia hidrográfica do rio Paraná devem apresentar proposta de alteração ou manutenção do defeso da Bacia a partir de discussão com os pescadores", a Sra. Akeme Matsunaga (SNPA/MPA) informou que, anteriormente, uma proposta existente foi apresentada em uma reunião, mas não foi aprovada devido à falta de discussão com todos os órgãos das bacias e com os pescadores.

O Sr. Rothier Flores de Siqueira Júnior (MCTI) perguntou sobre as discussões das normas do ambiente marinho. O Coordenador Jocemar Mendonça esclareceu que existem diferentes Comitês Permanentes de Gestão (CPGs) dedicados a diferentes aspectos, como o CPG Lagosta, CPG Demersais Norte e Nordeste, CPG Pelágicos Norte e Nordeste, CPG Demersais Sudeste e Sul, e CPG Pelágicos Sudeste e Sul. Esses comitês buscam reunir o máximo de informações possível para embasar discussões nas respectivas áreas de atuação.

A Sra. Roselein Termezana Dias (COMIRIM) questionou o andamento do processo que trata sobre a mudança da normativa da lagoa Mirim e Mangueira, destacando que já existem estudos suficientes e abrangentes. O Sr. Cristiano Quaresma de Paula (Fórum do Delta do Jacuí) perguntou qual CPG realizará os encaminhamentos sobre a situação da pesca do Bagre e ressaltou que os pescadores estão tendo sua subsistência prejudicada pela proibição da pesca, o que tem influenciado na prática de pescaria irregular. Em resposta, o Coordenador Jocemar Mendonça informou que o processo que trata do Bagre-branco (*Genidens barbatus*) está sendo discutido no CPG Demersais Sudeste e Sul.

A Sra. Diva Miyazaki (CNPQ) sugeriu para a recomendação 4 a necessidade de um trabalho conjunto, enfatizando a importância de a base científica da pesquisa ser composta pela análise técnica e pela parte prática com a colaboração dos pescadores.

Atendendo à "**REC 5/2022**: Recomenda-se que seja consultada a CONJUR do MAPA e do MMA sobre a competência relativa à interface entre o ordenamento pesqueiro e o controle de espécies exóticas invasoras" o Coordenador Jocemar Mendonça indicou que ela foi concluída. A Sra. Maria Antônia (Colônia Z-10 de Fátima do Sul/MS) perguntou sobre qual a solução para combater as espécies exóticas invasoras. A Sra. Diva Miyazaki (CNPQ) ressaltou a situação da espécie invasora do pirarucu e tucunaré em São Paulo, mencionando a existência de normas que protegem essas espécies."

Em seguida, "**REC 6/2022**: Avaliar os subsídios referentes à alteração do parágrafo 2º do artigo 8º da Instrução Normativa IBAMA nº 25, de 1º de setembro de 2009, permitindo o uso dos camarões *Macrobrachium rosenbergii*, *M. amazonicum*, *jelskii* e do caranguejo *Dilocarcinus pagei* como iscas, definindo os apetrechos adequados. Assim como atualizar os nomes científicos das espécies de peixes da Instrução Normativa IBAMA nº 26, de 2 de setembro de 2009', a coordenadora Carolina (SNPI/MPA) informou que a recomendação

ainda está em construção. Em uma reunião recente, foram apresentados subsídios existentes que permitem o uso dos camarões e caranguejos como iscas. Ela indicou que, a partir da gestão compartilhada e do encaminhamento desses subsídios, será possível dar andamento a essa demanda.

A Sra. Laurice Yoko Arita (CNPA) perguntou sobre a falta de definição dos apetrechos que podem ser utilizados para o uso dos camarões como iscas. Em resposta, o Coordenador Jocemar Mendonça esclareceu que essa questão será observada na construção da norma, indicando que será abordada durante o processo de definição das diretrizes relacionadas ao uso dos camarões como iscas.

A Sra. Fânia Lopes de Ramires Campos (IMASUL) informou sobre a REC 6 que, no estado do Mato Grosso do Sul, existe a Resolução SEMAC nº 3 de 28 de fevereiro de 2011 (disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=139784>) a qual disciplina aspectos referentes à captura, transporte, estocagem, comercialização e cultivo de iscas vivas no Estado. Nessa resolução, o uso do caranguejo (*Dilocarcinus pagei*) como isca é permitido a partir de 3 cm de largura, utilizando-se de peneira ou quadro com tela com dimensões de até 2,20 m de comprimento e 1,20 m de largura.

A Sra. Luciana Ferraz (CEPESCA) destacou que na bacia do Paraguai existem mais de 2.000 pessoas que pescam de peneira para sobreviver, e esses atores também serão prejudicados pelo Projeto de Lei nº 12.197/2023, conhecido como Transporte Zero. O Sr. Pedro Mendes Neto (SEMADESC/MS) comentou:

*“A legislação da pesca, pela Constituição Federal, é concorrente entre a União, estados, Distrito Federal e os municípios. No âmbito da legislação (inaudível), a União deve fazer normas rurais e as normas específicas são da competência dos entes federativos, estados e Distrito Federal. Nesse sentido, as portarias e instruções normativas do IBAMA/SAP e de quem quer que seja (inaudível) regrado questões de pesca e ambientais, elas são ilegais e institucionais, as antigas, antes de 2009, perdem o valor diante de normas estaduais específicas que cobrisse aquele terminando assunto (...)”*

O Sr. Pedro Mendes Neto (SEMADESC/MS) sugeriu como recomendação que o CPG ou o MPA encaminhem para a Procuradoria Federal a questão de quem é a competência para legislar sobre as áreas dos territórios estaduais, a partir da Lei nº 11.959, de 29 de junho

de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.

A Coordenadora Carolina (SNPI/MPA) informou que existe concorrência de competência em relação às questões ambientais entre estado, município e governo federal. A interpretação é que os estados podem ter normas restritivas, mas as normas federais podem ser mais amplas. Isso não significa que o governo federal não tenha competência sobre as questões ambientais.

Tratando-se da “**REC 7/2022**: Deve ser encaminhado para avaliação do grupo técnico-científico (GTC) Centro-Sul e conhecimento dos membros do CPG os subsídios referentes à proposta de estabelecimento dos tamanhos mínimos de captura para o jundiá (*Rhamdia spp.*); o pintado (*Pimelodus maculatus*); a Viola (*Loricarichthys anus*); a traíra (*Hoplias malabaricus*); e o peixe-rei (*Odontesthes humanensis*), bem como do tamanho de malha a ser utilizado na Lagoa Mirim e Mangueira”.

O Coordenador Jocemar Mendonça informou que a proposta do trabalho do MPA em conjunto com o MMA é reunir todas as informações e levá-las para discussão no território da região que será impactada pela norma, além de discutir a norma ou a melhor ação a ser tomada em relação aos temas. Ele mencionou a existência do Fórum da Lagoa Mirim.

O Sr. Michel Lopes Machado (IBAMA) destacou que, devido à interrupção das discussões nos CPGs pela extinção dos colegiados, há um desejo dos participantes em relação aos assuntos represados e questionou sobre o fluxo das demandas, recomendações e avaliação científica do CPG Centro-Sul. Em resposta, o Coordenador Jocemar explicou que a SNPA/MPA recebe demandas por ofício, e qualquer instituição ou cidadão pode solicitar informações e enviar demandas, dentro ou fora do âmbito do CPG. Ele esclareceu que o grupo técnico-científico (GTC) ainda não foi formalizado devido à falta de aderência ao banco técnico-científico (BTC). Sobre o fluxo, afirmou que as demandas recebidas serão debatidas, e a partir dessas discussões, serão elaboradas recomendações.

As recomendações técnico-científicas serão avaliadas pelo GTC após sua formalização. O GTC irá elaborar pareceres técnicos-científicos sobre as demandas submetidas a ele, os quais serão apresentados em reuniões (ordinárias ou extraordinárias) do CPG. Caso haja aprovação pelos membros, será dado prosseguimento nos ritos do

ordenamento pesqueiro junto ao Departamento de Ordenamento e Desenvolvimento da Pesca da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A Coordenadora Carolina (SNPI/MPA) informou que a solicitação da norma dos tamanhos mínimos é uma demanda que vem desde a antiga gestão do MPA. Foram elaboradas duas minutas com aprovação do Ministério do Meio Ambiente. No entanto, com o fim da gestão anterior, a proposta não foi encaminhada. Com a retomada do MPA em 2023, a demanda foi retomada na primeira reunião do CPG Centro-Sul, momento em que se questionou sobre a atualização das informações. A coordenadora destacou que o CPG precisa avaliar a necessidade de realizar novos estudos ou utilizar os existentes, ressaltando a importância de finalizar essa demanda.

O Sr. Olimar Jesus Ferreira Porto (Sindicato dos Pescadores de Jaguarão, Arroio Grande e Santa Vitória do Palmar/RS) enfatizou que a instrução normativa da Lagoa Mirim precisa ser revista, exigindo uma nova avaliação mais detalhada. Além disso, ele destacou a importância de orientar os pescadores sobre a pressão do grande capital.

Sobre a “**REC 8/2022**: O GTC deverá avaliar a possibilidade de padronização das normas federais sobre os períodos de defeso e dos tamanhos mínimos de captura das espécies que ocorrem nas bacias do rio Paraná e do rio Paraguai, nos estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso”, o Coordenador Jocemar Mendonça informou que o GTC ainda não está portariado, a SNPA espera que ele seja ampliado e compromete-se a publicar a portaria.

Em relação à “**REC 9/2022**: Avaliar a possibilidade de padronização das normas federais e estaduais sobre os tamanhos mínimos de captura das espécies que ocorrem nas bacias do Centro-Sul”, o Coordenador Jocemar informou que ainda está pendente, pois é uma demanda do grupo técnico-científico (GTC) para reunir subsídios e avaliar a viabilidade de padronização das normas. Essa discussão será levada aos territórios das bacias.

Tratando-se da “**REC 10/2022**: Solicitar ao MMA a criação de um plano de controle de espécies exóticas de interesse comercial para a pesca na Bacia do rio Paraná, com enfoque especial no Pirarucu (*Arapaima gigas*)”, a recomendação foi parcialmente atendida, uma vez que já foi solicitada ao MMA. O Sr. Henrique Breda Arakawa (MMA) informou que



no Departamento de Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros do Ministério do Meio Ambiente, a questão das espécies exóticas está em discussão.

Quanto à “**REC 11/2022**: Formalizar ao Ministério das Relações Exteriores as demandas recepcionadas sobre os conflitos existentes nas regiões de fronteiras que contemplam as bacias hidrográficas do Centro-Sul”, a recomendação foi parcialmente atendida, pois foi formalizada em 2022. A coordenadora Carolina (SNPI/MPA) informou que o MRE ainda não encaminhou uma resposta, sendo necessário verificar junto ao MRE sobre os encaminhamentos dessa questão.

A Sra. Luciana Ferraz (CEPESCA) perguntou se existe a possibilidade de mapeamento dos conflitos territoriais da pesca. Em resposta, o Sr. Yoshiaki Miyazaki (DEPOP/SNPA/MPA) afirmou que a SNPA reconhece os limites para o mapeamento de conflitos nos territórios, mas existem diversas iniciativas dentro do setor que fornecem essas informações. Ele mencionou a existência de um Grupo de Trabalho sobre territórios pesqueiros dentro da SNPA, que é um instrumento de participação social e tem como objetivo principal desenvolver um procedimento interno para lidar com os conflitos territoriais envolvendo comunidades tradicionais. O Sr. Yoshiaki Miyazaki sugeriu que a Sra. Luciana Ferraz (CEPESCA) participe desse GT como representante do terceiro setor.

Complementando a resposta do Sr. Yoshiaki, o Coordenador Jocemar Mendonça informou que na SNPA existe a Coordenadora-Geral de Territórios e Integração de Políticas Públicas, responsável pelo GTC citado. Ele também destacou que já está sendo feito o mapeamento dos conflitos no Brasil e internacionais em regiões transfronteiriças, conforme solicitado na REC 11/2022. A Sra. Akeme Matsunaga acrescentou que a Coordenação de Gestão Participativa Continental recepciona demandas de reuniões junto ao MRE e outros países para tratar dos conflitos transfronteiriços.

Em atendimento a “**REC 12/2022**: Deverá ser avaliado pela SAP/MAPA a possibilidade de exigir a apresentação de comprovante da comercialização do pescado no ato de manutenção da carteira de pescador”, a recomendação foi parcialmente atendida, uma vez que foi encaminhada, mas não recebeu resposta. Será necessário reforçar o encaminhamento.

O Sr. Clodoaldo Francisco Santos (Associação de Pescadores de Porto Mauá/MS) ressaltou a importância da fiscalização em relação à identificação dos verdadeiros pescadores, aqueles que realmente possuem a carteira de pesca. O Coordenador Jocemar Mendonça informou que a questão relacionada à identificação dos pescadores está sendo abordada dentro da SERMOP.

Sobre a “**REC 13/2022**: Solicitar ao IBAMA quais são os procedimentos legais para realizar o repovoamento de espécies nativas”, a recomendação foi parcialmente atendida, uma vez que foi encaminhada, mas não recebeu resposta. Será necessário reforçar o encaminhamento.

A Sra. Diva Miyazaki (CNPA) perguntou se as recomendações que foram parcialmente atendidas e estão pendentes de respostas serão encaminhadas para os membros com suas devidas atualizações. Ela também questionou sobre a possibilidade de ter as respostas das novas recomendações antes do próximo CPG. O Coordenador Jocemar Mendonça afirmou que sim e que será possível encontrar todos os documentos do CPG no site do MPA.

Sobre a “**REC 14/2022**: Solicitar ao IBAMA, MMA e órgãos ambientais estaduais a realização de um Simpósio/Workshop sobre repovoamento de espécies nativas nas Bacias do Centro-Sul em empreendimentos hidrelétricos”, a recomendação foi parcialmente atendida, uma vez que foi encaminhada, mas não recebeu resposta. Será necessário reforçar o encaminhamento.

A Sra. Fânia Campos (IMASUL) e o Sr. Henrique (MMA) sugeriram o envio de novos ofícios solicitando informações sobre as questões apresentadas nas REC 13 e REC 14. O Sr. Henrique Breda Arakawa (MMA) sugeriu que os ofícios sejam direcionados para a Diretoria de Licenciamento Ambiental (Dilic) e Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas (DBFlo) do IBAMA.

A Sra. Paula Maria Gênova de Castro Campanha (SAA/SP) ressaltou que é interessante que a realização do Simpósio/Workshop seja feita com a participação efetiva dos pescadores do setor produtivo e também de pesquisadores que atuam e têm conhecimento sobre os estudos de repovoamento.

Sobre a “**REC 15/2022**: Solicitar da SAP/MAPA e dos estados o levantamento dos empreendimentos de aquicultura com criação de espécies exóticas invasoras” e “**REC 16/2022**: Solicitar à SAP/MAPA e aos órgãos estaduais uma avaliação nas normas de ordenamento da aquicultura no que tange o escape de espécies exóticas invasoras e sua relação com a biossegurança”, o Coordenador Jocemar Mendonça informou que o MPA recebeu essas informações, mas falta realizar o tratamento e sistematização dos dados para serem apresentados.

O Sr. Ivan Teixeira Wellington (IBAMA) frisou que os eventos de escapes nos tanques de piscicultura tornarão ainda mais frequentes, significando mais impactos para as espécies nativas.

O Sr. Ivan Teixeira Wellington (IBAMA) realizou uma apresentação sobre as espécies exóticas invasoras, esclarecendo que uma espécie é considerada exótica quando é introduzida em ecossistemas fora de sua área de ocorrência nativa, causando impactos na estrutura e funcionamento dos ambientes nativos, além de provocar impactos na saúde humana, animal e atividades econômicas.

Ele ressaltou as principais vias e vetores de dispersão das espécies exóticas, incluindo aquicultura, aquarismo, pesca, peixamentos, iscas vivas, embarcações, obras de infraestrutura, transporte de areia, hidrovias e transposições. Exemplificou a introdução do pacu no Rio São Francisco como um resultado dessas atividades. Também destacou a importância de ações de prevenção, a conscientização sobre os potenciais impactos das espécies exóticas invasoras e a adoção de políticas para evitar ou minimizar esses impactos.

O Sr. Fernando Rogério de Carvalho (UFMS) enfatizou a importância de colocar essas ações em prática, dada a acumulação de dados existentes sobre o tema. Por sua vez, a Sra. Diva Miyazaki (CNPq) mencionou que descobrir a presença de uma espécie invasora é um processo demorado.

O Sr. Ivan Teixeira Wellington (IBAMA) informou sobre um projeto em andamento envolvendo o ICMBio, IBAMA (MMA) e órgãos estaduais, com uma das ações voltadas para a elaboração de um sistema de alerta e detecção precoce de espécies invasoras.

A Sra. Akeme Matsunaga apresentou às 14h:22 as demandas recebidas pela Secretaria Nacional de Pesca Artesanal/MPA nos 10 primeiros meses de gestão da SNPA, referentes às bacias do CPG Centro-Sul. Alguns dos temas abordados incluíram:

1. Repactuação de Mariana;
2. Ordenamento da pesca do pintado ou surubim, alteração do período de defeso da bacia hidrográfica do rio Paraná;
3. Regulamentação da pesca nas lagoas Mirim e Mangueira, no estuário da lagoa dos Patos e na bacia do rio Tramandaí;
4. Normas de pesca relacionadas à bacia do rio Paraná e Paranapanema;
5. Inclusão de Surubim e Pacamã na Portaria MMA nº 148/2022;
6. Projeto de Lei (PL) 2788/2019 que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), demanda dos pescadores e aquicultores de MG atingidos por barragens;
7. Proposta do Fórum dos Pescadores do Delta do Jacuí, lago Guaíba e norte da laguna dos Patos para o manejo sustentável do bagre (*Genidens barbatus* e *Genidens planifrons*) na laguna dos Patos, lago Guaíba e bacia do rio Tramandaí;
8. Projeto de Capacitação para Pescadores - Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC Campus Itajaí);
9. Acidente Ambiental na PCH Pedra do Garrafão/ES;
10. Fórum dos Pescadores e Pescadoras Artesanais das Baías Norte e Sul de Florianópolis;
11. Informação sobre a continuidade à atividade de pesquisa sísmica marítima 3D na Bacia Sedimentar de Santos;
12. Acordo de Cooperação Técnica (Itaipu);
13. Apoio à cadeia produtiva da pesca artesanal;
14. Convênios, Termos de Fomento;
15. Inclusão das mulheres do Pantanal no GT Mulheres;
16. Educação das águas para as comunidades pesqueiras (Ilhéus do rio Paraná).

Essas demandas refletem uma variedade de questões relacionadas à pesca artesanal, ordenamento pesqueiro e temas ambientais.

- **RECOMENDAÇÕES**

Às 15h:22 iniciou o alinhamento, leitura e debate das novas recomendações, sendo definidas 6, conforme consta na lista de Recomendações da 2ª Sessão Ordinária. O Coordenador Jocemar iniciou a construção conjunta com os membros das Recomendações da 2ª Sessão Ordinária do CPG Centro-Sul, conforme estabelecido na Portaria SAP/MAPA nº 554, de 21 de janeiro de 2022, que trata do Regimento Interno da Rede Pesca Brasil. As recomendações encontram-se discriminadas na Tabela 01, em anexo neste documento.

A **recomendação 1/2023**: Elaborar Nota Técnica com subsídios para os órgãos ambientais licenciadores e de geração e distribuição de energia, sobre os prejuízos na pesca que podem ser causados com a instalação de hidrelétricas nas bacias hidrográficas de abrangência do CPG Centro-Sul), a Sra. Fânia Campos (IMASUL) sugeriu que a nota técnica seja encaminhada para a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A Sra. Maria Antônia (Colônia Z-10 de Fátima do Sul/MS) apontou a necessidade de um plano de manejo para a abertura das comportas das hidrelétricas.

A Sra. Paula Maria Gênova de Castro Campanha (SAA/SP) sugeriu que fosse proposto às hidrelétricas a disponibilização de alguma porcentagem de verbas destinadas aos estudos de impactos sobre a pesca para as comunidades envolvidas e impactadas. Em resposta, o Sr. Yoshiaki Miyazaki informou que as hidrelétricas pagam pela compensação, e a Sra. Diva Miyazaki (CNPA) questionou que essa compensação nunca chega até os pescadores que são diretamente impactados. Na ocasião, a coordenadora Carolina (SNPI/MPA) pontuou que muitas demandas estavam sendo apontadas como recomendações, porém, não foram discutidas no âmbito CPG.

A Sra. Maria Letizia Petesse (Instituto de Pesca) destacou a importância de envolver as concessionárias elétricas nas discussões do CPG. Em seguida, a Sra. Rosemary de Jesus Oliveira (ICMBio) sugeriu solicitar informações à ANA, e assim ficou definida a **Recomendação 2/2023**: Solicitar à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) informações sobre o planejamento hidrelétrico previsto nas bacias de abrangência do CPG Centro-Sul.

Em seguida, também foi aprovada a **Recomendação 3/2023**: Notificar o Estado de Mato Grosso com a manifestação contrária do CPG Centro-Sul sobre a Lei nº 12.197/2023”, a Sra. Luciana Ferraz (CEPESCA) agradeceu a sensibilidade do CPG em propor a criação da recomendação citada.

Também foi aprovada a **Recomendação 4/2023**: Publicar a norma de ordenamento do Pintado (*Pseudoplatystoma corruscans*)”. Foi sugerido como recomendação a elaboração do Plano de Recuperação da Piracanjuba, porém, a Sra. Rosemary de Jesus Oliveira (ICMBio) informou que não existem subsídios e nem legislação que preveja a possibilidade do plano.

A Sra. Maria Antônia (Colônia Z-10 de Fátima do Sul/MS) e o Sr. Clodoaldo Francisco Santos (Associação de Pescadores de Porto Mauá/MS) sugerem a criação de uma recomendação para flexibilizar a restrição para o Armal (*Pterodoras granulosus*) e espécies de Cascudos, bem como discutir a situação do manejo do bagre no Delta do Jacuí e Lago Guaíba. No entanto, a discussão sobre essa temática será abordada no próximo CPG, após formalização para a SNPA/MPA.

A Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA), representada pela Sra. Diva Helena Nogueira Miyazaki (CNPA), propõe que o CPG dê continuidade às recomendações pendentes e parcialmente pendentes da 1ª reunião ordinária. Sugere que, dentro do prazo de até 90 dias, a coordenação notifique os membros do CPG sobre o progresso dessas recomendações. No entanto, a Sra. Akeme Matsunaga, da coordenação do CPG, esclarece que essa solicitação diz respeito ao fluxo de trabalho interno do CPG e não se encaixa como uma recomendação formal, sendo assim, foi definido dessa maneira.

O Sr. Cristiano Quaresma de Paula (Fórum do Delta do Jacuí) solicitou uma recomendação para tratar do pedido de celeridade quanto ao manejo do bagre no Delta do Jacuí, lagoa do Guaíba e norte da lagoa dos Patos. No entanto, a coordenação do CPG esclareceu que essa demanda não foi discutida no âmbito do CPG para ser tratada como recomendação. Recomenda-se a formalização da demanda na SNPA/MPA para discussão no próximo CPG.

Foi definido também a **Recomendação 5/2023**: Solicitar ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA que inicie a elaboração do Plano de Recuperação da

Piracanjuba (*Brycon orbignyianus*) e a **Recomendação 6/2023**: Elaboração de uma ação dentro do Plano Nacional para o Desenvolvimento Sustentável da Pesca Amadora e Esportiva para minimização de conflitos entre essa atividade e a Pesca Profissional Artesanal. Ambas foram aprovadas por consenso."

- **DATA DA PRÓXIMA REUNIÃO**

O Coordenador Jocemar Mendonça solicitou sugestões dos membros para a indicação de locais para a próxima reunião. A 2ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável definiu a 3ª Reunião Ordinária para a primeira quinzena de junho de 2024, com sugestões de locais, tais como: Rio Grande do Sul (Porto Alegre), Mato Grosso do Sul (Corumbá, Bonito e Três Lagoas) e São Paulo.

- **ENCERRAMENTO**

Antes do encerramento, o Coordenador Jocemar Mendonça abriu a palavra para comentários adicionais. O superintendente federal de Pesca e Aquicultura do Estado de Mato Grosso do Sul, Sr. Júlio Cleverton dos Santos, ressaltou os desafios que envolvem a questão da pesca e aquicultura. Ele compartilhou a recente experiência de viagem que fez navegando no rio Paraguai, junto à Prefeitura de Corumbá, por meio do Programa Social Povo das Águas. Durante a viagem, conheceu famílias ribeirinhas e participou de ações de assistência médica, social e educacional para as famílias que vivem em regiões de difícil acesso de Corumbá.

Não havendo outros assuntos e manifestações, o Coordenador Jocemar Mendonça agradeceu a presença de todos, destacando a importância da retomada dos CPGs e o impacto positivo dessa 2ª reunião com representantes de instituições das bacias que compõem a região Centro-Sul brasileira. Em seguida, declarou encerrada a 2ª Sessão Ordinária do CPG Centro-Sul.

A 2ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai, Atlântico Sul e Atlântico Sudeste (CPG Centro-Sul), da Rede Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros (Rede Pesca Brasil), que ocorreu nos

dias 26 e 27 de outubro de 2023, na cidade de Campo Grande/MS, foi um espaço de discussão participativa e de caráter consultivo para a gestão pesqueira sustentável dos recursos pesqueiros da Região Centro-Sul do Brasil.

Avalia-se que a participação da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal cumpriu com seus objetivos de coordenar e debater os tópicos da agenda prevista, alinhando o discurso desta Secretaria junto ao setor e demais representantes interessados no tema. Além disso, realizou escuta sobre a demanda em pauta no evento para estabelecimento do devido suporte e instrução quanto às políticas públicas aplicáveis para a manutenção da atividade pesqueira artesanal. Sendo assim, a 2ª Reunião Ordinária do CPG Centro-Sul foi concluída com êxito e teve sua agenda realizada.

**Tabela 01.** Recomendações da 2ª Sessão Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai, Atlântico Sul e Atlântico Sudeste (CPG Centro-Sul) da Rede Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros (Rede Pesca Brasil), ocorrida de forma mista pela plataforma google meet, nos dias 26 e 27 de outubro de 2023, em Campo Grande/MS.

<b>RECOMENDAÇÃO</b>	<b>RESPONSÁVEL (Nome/instituição)</b>	<b>PRAZO PARA ATENDIMENTO*</b>
<b>REC 1/2023:</b> Elaborar Nota Técnica com subsídios para os órgãos ambientais licenciadores e de geração e distribuição de energia, sobre os prejuízos na pesca que podem ser causados com a instalação de hidrelétricas nas bacias hidrográficas de abrangência do CPG Centro-Sul.	MPA	Até janeiro/2024
<b>REC 2/2023:</b> Solicitar à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) informações sobre o planejamento hidrelétrico previsto nas bacias de abrangência do CPG Centro-Sul.	Coordenação do CPG Centro-Sul	Até dezembro/2023



<b>REC 3/2023:</b> Notificar o Estado do Mato Grosso com a manifestação contrária do CPG Centro-Sul sobre a Lei nº 12.197/2023.	Coordenação do CPG Centro-Sul	Até primeira quinzena de novembro/2023
<b>REC 4/2023:</b> Publicar a norma de ordenamento do Pintado ( <i>Pseudoplatystoma corruscans</i> ).	MPA/MMA	Até dezembro/2023
<b>REC 5/2023:</b> Solicitar ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) que inicie a elaboração do Plano de Recuperação da Piracanjuba ( <i>Brycon orbignyianus</i> ).	Coordenação do CPG Centro-Sul	Até novembro/2023
<b>REC 6/2023:</b> Elaboração de uma ação dentro do Plano Nacional para o Desenvolvimento Sustentável da Pesca Amadora e Esportiva para minimização de conflitos entre essa atividade e a Pesca Profissional Artesanal	Coordenação do CPG Centro-Sul	Até dezembro/2023

**\*Trata-se do prazo para dar início às tratativas da recomendação.**